

10 JUL 1990

Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL

Governo luta para evitar o voto

O Congresso não gostaria de estar reunido ainda hoje, dia 10, consumido um terço do recesso de meio de ano. Suas próprias trapalhadas e o conflito em que vive com a Presidência da República fizeram no entanto com que isso acontecesse e não se sabe ainda se o problema se resolve hoje, ou se será deixado como está pelo resto do período. Por determinação da Constituição e do Supremo Tribunal Federal, Câmara e Senado terão de permanecer reunidos até a votação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, pré-requisito para elaboração do orçamento, razão primeira para existência das assembleias legislativas. O governo quer ajudar e, para tanto, está mobilizando seus correligionários para que compareçam hoje e votem na sessão conjunta o referido projeto. A razão disso é que o governo está apressado em mandar os congressistas às férias, para que eles deixem de tentar aprovar a lei salarial, num projeto que consagra um certo tipo de indexação. Para Collor, a indexação é a negação do seu plano.

Seja por acreditar estar agindo corretamente, seja por ter cedido a pressões governamentais, o presidente do Senado, Nélson Carneiro, tentou mandar a turma embora, mas uma decisão do Supremo a chamou de volta. Claro que os parlamentares preferiam estar junto às bases, tratando das eleições, mas também não querem facilitar a vida do governo, deixando que prevaleçam as regras ditadas pela equipe econômica através da Medida Provisória 193. Os partidos rebelaram-se contra o édito governamental, tanto mais quanto tal rebelião, por inócuas que possa ser, não deixaria de dar rendimentos eleitorais.

Mas as coisas estão difíceis. O governo pretende que se vote apenas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e as lideranças partidárias desejam que se vote primeiro a lei salarial e só depois a LDO. O Congresso está convocado e as câmaras também estão. Isso significa que, antes da reunião do primeiro, o Senado tentará aprovar sem emendas o projeto oriundo da Câmara determinando reajustes de faixas salariais. Qualquer emenda significaria o retorno do projeto à Câmara e a



frustração do processo. O número de deputados e senadores que atenderem ao chamado é que definirá a tática da batalha no plenário. Se verificar que tem maioria no Senado, a bancada do governo votará, caso contrário tentará obstruir, se disso resultar vantagem efetiva. Se perder, só lhe restará esperar o voto com o qual o presidente da República assumiria o ônus pela negativa de atender uma reivindicação que supostamente beneficiaria os trabalhadores.

Se a oposição estiver forte, ao longo do dia e da noite de hoje tentará votar os salários e, se não o conseguir, tentará impedir que o Congresso vote a LDO, prolongando o período de reuniões por um tempo imprevisível, possivelmente por todo o recesso. O fato é que, para ambos os lados, as sessões de hoje se asseguram extremamente importantes, pois, se se frustrar a tentativa de votar as diretrizes orçamentárias e se não for aprovado o projeto de lei salarial, o Congresso estará teoricamente reunido por todo o mês de julho. Não é fácil voltar a reunir em Brasília quórum para reuniões, sobretudo pela certeza prévia de que nelas não se chegará a qualquer conclusão. Para o governo, conter o ânimo parlamentar favorável a uma intervenção congressual na política de salários é muito importante. Se isso for alcançado hoje e amanhã, possivelmente Collor terá superado a tentativa do Congresso pelo menos até outubro, pois a dois meses da eleição não é provável que seus membros voltem a Brasília.

Esse é o retrato de um Congresso que não se decidiu firmemente por qualquer caminho e que hesita em decidir-se na véspera de abertura de urnas que poderão ter um veredito imprevisível. A omissão parece ser a segurança possível para políticos indefinidos. Seria menos ruim deixar as coisas como estão do que enfrentá-las e resolvê-las correndo risco que podem ser evitados. Para o governo, é claro, tal comportamento satisfaz por enquanto. Para o Congresso, não se sabe.

Congresso Nacional
018
Reportagem 0328